



Universo do
CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

FÓRUM PERMANENTE - UNIVERSO DO CONHECIMENTO

UNIVERSIDADE SÃO MARCOS - 18/08/2005

PALESTRA DE CELSO LAFER

TEMA: DEMOCRACIA E PAZ

CELSO LAFER – Senhor Reitor, senhora Vice-Reitora, que me saudou com palavras tão gentis, prezados amigos aqui presentes, é com muita satisfação que participo deste ciclo nessa sua segunda jornada, tratando de um tema tão importante como o da paz e a relação entre a paz e a democracia. Como sabem, a valorização da paz é um fenômeno relativamente recente. Se forem ao dicionário, verão que a definição de paz normalmente é da ausência de guerra e que, portanto, o termo forte é guerra e o termo fraco é paz. A consciência da importância da paz e da sua valorização é um fenômeno mais recente. Se nós quisermos olhar para aquilo que nos diz a mitologia grega, havia um deus da guerra e as divindades da paz tinham uma hierarquia inferior. Essa antecipação do valor da paz é algo que nós encontramos no profetismo bíblico. Mas é, sem dúvida, no século XVIII, com as luzes da ilustração e com o projeto da paz perpétua de Kant, que o tema da paz passa a ter uma grande valorização. Para isso, sem dúvida nenhuma, contribuiu a inovação tecnológica e a multiplicação da capacidade destrutiva das armas. Nós tivemos recentemente o tema da bomba atômica, jogada em Hiroshima e em Nagasaki, e uma reflexão sobre o que significou isso nessa era de extremos, extremos que geram essas grandes preocupações.

Para tratar o tema de hoje, que é vasto, resolvi circunscrevê-lo a partir da reflexão, que vou explorar hoje à noite, de um grande autor que é Norberto Bobbio. Bobbio é um grande teórico da democracia. O livro dele, *O futuro e a democracia*, é um dos livros de referência sobre o tema democrático, e ao mesmo tempo foi um homem que pensou os desafios da paz e os problemas da guerra. É autor de um outro livro também muito importante sobre o problema da guerra e os caminhos da paz, que também já está traduzido para o português. Na reflexão de Bobbio sobre a democracia, um dos temas que ele trata e que está incluído n'O



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

futuro da democracia diz respeito à democracia e ao sistema internacional. É o último ensaio que consta desse livro, a partir da sua segunda edição. É interessante lembrar, como ele próprio explica na introdução, que a origem do ensaio é fruto da combinação de dois textos: um foi uma conferência que ele deu em Lisboa, em 1987, a convite do presidente Mário Soares e que se intitulava precisamente “Democracia e Paz”; o outro, de um texto que ele escreveu para um volume coletivo que tratava de democracia, risco nuclear e movimento pela paz. Nessa introdução de 1991, Bobbio aponta que esse novo ensaio estava ligado a sua assídua e crescente dedicação ao problema da paz, que ele sempre considerou intimamente vinculado à democracia. Ponderava ele que uma paz mais estável no mundo deveria basear-se na realização de duas condições, quais sejam, o aumento do número de Estados democráticos no sistema internacional e o avanço do processo de democratização do sistema internacional. É importante lembrar que essa segunda edição de *O futuro da democracia* coincide praticamente com a primeira edição de um outro grande livro do Bobbio, que é *A era dos direitos*, do qual se fez agora uma nova edição, incluindo um ensaio que não constava da primeira edição. É na introdução desse livro que Bobbio faz uma grande afirmação que é um pouco explicativa da sua visão. O que é que ele diz? Diz que direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico. Sem direitos do homem reconhecidos e protegidos não há democracia, e sem democracia não existem as condições mínimas para a solução pacífica de conflitos. Na obra do Bobbio, essa articulação entre democracia, direitos humanos e paz foi explicitada por aproximações sucessivas, nas quais ele procurou desdobrar os nexos entre democracia e direito, direito e razão, razão e paz, e paz e direitos humanos.

No trato desses nexos no plano internacional, que é o objeto da minha exposição hoje, a via diretiva de Bobbio é (Emmanuel) Kant, ou seja, a paz como um ditame da razão, capaz de medir e superar as conseqüências dos fatos que para Kant resultam da natural insociabilidade humana. Quando Kant trata deste tema, diz que o que explica a História é o fato dos homens terem, ao mesmo tempo, a vocação para a sociabilidade e a propensão para a insociabilidade, e que a razão dita um caminho como forma de lidar com essas conseqüências e superá-las em prol da paz. No entanto, Bobbio trata disso de uma forma que



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

também é permeada pelo realismo de um olhar hobbesiano, ou seja, da leitura que faz Hobbes sobre o sistema internacional como um estado de natureza da guerra de todos contra todos. Justamente em *O Leviatã*, a construção do Estado no plano interno tem como objetivo evitar a anarquia dos significados e assegurar a paz, a idéia de paz como uma das finalidades do Direito. Agora, Bobbio também não recusa aquilo que nós poderíamos chamar dos bons ofícios de (Hugo) Grocio. Grocio é o primeiro grande consolidador do Direito Internacional Público e entende que existe um esforço, que resulta da sociabilidade humana, que leva à construção de normas de cooperação no plano internacional.

Kant como uma idéia reguladora, Hobbes como uma cautela e Grocio exercendo os bons ofícios são caminhos que eu vou procurar trilhar hoje. E vou trilhar repensando, à maneira de Bobbio, duas facetas das promessas não mantidas da democracia, derivadas de obstáculos não previstos. Bobbio é um grande defensor da democracia, mas ele diz também: “A democracia às vezes não cumpre integralmente as promessas que vinham no bojo do processo de afirmação da democracia e da democratização”. Não vou entrar nas questões que esse tema suscita no plano interno e vou me circunscrever ao plano internacional. Ou seja, eu vou tentar apontar as novas dificuldades à democratização do sistema internacional e discutir os novos problemas que vêm afetando o funcionamento no plano interno das democracias e que derivam das atuais características da dinâmica internacional.

O primeiro item, que são os atuais obstáculos à democratização internacional, está ligado à unipolaridade dos Estados Unidos. Farei uma referência a Raymond Aron, porque ouvi também que um dos aspectos desse trabalho conjunto desta universidade está vinculado à França, este ano também é o ano de centenário de Aron, que foi um grande pensador francês e também, nesse sentido, a referência a ele é pertinente nessas nossas discussões. Pois bem, eu acho que o segundo problema está ligado ao que Aron qualificaria de uma nova e crescente heterogeneidade do sistema internacional e esta tem a sua raiz no ímpeto dos fundamentalismos que vêm erodindo a construção de uma ordem cosmopolita, que era enfim a formulação de Kant, a idéia de que o mundo é um Cosmópolis, uma cidade do Cosmos, do Universo. Esta ordem cosmopolita estava no horizonte das expectativas no início da década de 90, com a queda do Muro



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

de Berlim e o término da bipolaridade. Mas esse término, por sua vez, é um dos dados explicativos da atual unipolaridade. Como disse, vou recorrer nesta exposição a Aron, primeiro por conta das referências aqui feitas sobre a ligação Brasil-França e também pela óbvia qualidade da reflexão de Aron, mas porque também Bobbio o apreciava. Nesse livro que mencionei sobre os problemas da guerra e os caminhos da paz, Bobbio discute os diversos tipos de paz baseados numa tipologia, proposta por Aron no seu grande livro *Paz e guerra entre as nações*, e tem como objetivo indicar que a paz como um valor, um valor positivo, como algo mais do que ausência de guerra, requer nessa aspiração de um pacifismo ativo o que Aron, inspirado por (Paul) Valéry, que foi um grande poeta e pensador francês, qualificaria de “paz de satisfação”. Essa “paz de satisfação” não é produto do temor ou de expedientes, como a paz do poder de equilíbrio ou de hegemonia, mas da confiança recíproca entre os atores da vida internacional. É precisamente a confiança recíproca, na qual se lastreia a “paz de satisfação”, um dos ingredientes que a atual heterogeneidade do sistema internacional corrói, comprometendo no plano interno a transparência do poder, que é para Bobbio um dos ingredientes decisivos da natureza do regime democrático. Eu não preciso elencar, mas todos os senhores e as senhoras acompanham os jornais e verificam que o tema da confiança recíproca é precisamente aquilo que falta. Falta em intensidade maior no Oriente Médio, na Ásia, nas relações entre a Europa e Estados Unidos, até mesmo aqui no nosso continente e no nosso contexto sul-americano e latino-americano, pois uma das dificuldades hoje existentes para a cooperação e para o entendimento é a falta de confiança recíproca. Não vou dar nomes, não vou citar países porque, enfim, tendo desempenhado a função de ministro das Relações Exteriores, aprendi que o cuidado no uso da palavra é uma das responsabilidades do diplomata, mesmo estando ele agora apenas na vida acadêmica. Mas deixo à vasta imaginação de todos os exemplos para preencher esse conceito que estou procurando explicar.

No ensaio importante que mencionei, que é o último ensaio do livro *Futuro da democracia*, Bobbio aponta que no século XX, primeiro com a Sociedade das Nações e depois com outra amplitude, por meio da Carta das Nações Unidas, o sistema internacional caminhou para aquilo que os contratualistas chamam um



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

“pacto de sociedade”, um *pactum societatis*, e para a regulamentação jurídica do uso da força com a presença de um *tercius*, de um terceiro. Um terceiro é sempre o elemento-chave no encaminhamento de controvérsias; o Judiciário é um terceiro acima das partes. No caso do sistema internacional, a ONU é um terceiro, mas não é um *tercius* acima das partes, porque não existe um pacto de sujeição, uma vez que os Estados não delegaram a um poder comum a exclusividade do poder coercitivo. Existem normas, mas não existe a unificação de um poder comum no plano internacional e esta é, como todos sabem, uma das características do sistema internacional. É por isso que no sistema internacional convivem o velho e o novo, o velho da efetividade da anarquia entre os iguais e do despotismo entre os desiguais, ou seja, simplificando Hobbes e o estado da natureza, e o novo da legitimidade de um pacto de sociedade, de um compromisso de não agressão, ou seja, simplificando a aspiração kantiana contida no projeto de paz perpétua. Não é uma novidade que a falta de coerência caracteriza o sistema internacional, caracteriza a nós todos como pessoas, instituições, partidos e, enfim, sem querer mergulhar naquilo que está acontecendo hoje no plano interno, sem dúvida existe uma convivência complicada entre o velho e o novo, entre as aspirações que temos e uma prática que a ela não corresponde.

Bobbio discute precisamente, mas no plano internacional, bem entendido, essa instável convivência entre o velho e o novo. Como ele tem também um olhar hobbesiano, mas um coração kantiano, ele não arrisca hipóteses sobre qual dos dois prevalece sobre o outro e em que circunstâncias. Claramente, no momento atual está prevalecendo o velho, por obra do unilateralismo, por meio do qual os Estados Unidos, na administração Bush, vem exercendo o seu poderio. Esse unilateralismo exacerba o impacto da clássica lógica das relações internacionais, caracterizada, como eu disse, pela distribuição individual, mas desigual, do poder entre os Estados, em função dos novos desequilíbrios provenientes de um sistema internacional tendente à unipolaridade. O evento exemplar do unilateralismo foi a decisão norte-americana de iniciar a guerra no Iraque contra o regime de Saddam Hussein sem o lastro de uma decisão do Conselho de Segurança que respaldasse a legitimidade e a legalidade do uso da força. Muitos de vocês que estudam a área de relações internacionais talvez tenham lido o livro do Hans Blix, que já foi traduzido para o português,



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

em que ele faz um histórico daquilo que foram as atuações das inspeções no Iraque e porque esse caminho era um caminho relevante para se chegar a uma solução apropriada para o caso daquele país. Em 2002, representando o presidente Fernando Henrique Cardoso e o Brasil na Assembléia Geral da ONU, deixei claro que a nossa posição era a de que não cabia o uso da força sem a autorização do Conselho de Segurança e realçava também, na ocasião, que qualquer uso unilateral da força tenderia a gerar destabilizações ainda maiores. Creio, enfim, que a minha avaliação, feita em nome do Brasil e de acordo com a nossa tradição diplomática, correspondeu àquilo que vem ocorrendo. Agora, a carência de um lastro de legalidade e de legitimidade não impediu que aquilo que os estudiosos chamam de *hard power*, o poder duro dos Estados Unidos como a única superpotência no plano internacional, possibilitasse à administração Bush exercer a soberania norte-americana ao modo de um grande constitucionalista que é o Karl Schmidt, mas que é, enfim, na minha avaliação, um constitucionalista não do bem como (Hans) Kelsen, mas do mal, porque ele defendeu o estado de exceção e a criação do regime nazista na Alemanha. Há um grande ensaio de Kelsen que se chama *O Führer defende a Constituição*, que é a maneira pela qual ele argumentou em prol dos poderes plenos dados a Hitler naquela ocasião. Mas ele tem uma definição muito interessante e válida para essa discussão que estou fazendo com vocês, que é a definição de soberania. Para ele, soberano é quem é capaz de decidir o estado de exceção. Então, não se refere à norma, como queria Kelsen, mas à exceção. E os Estados Unidos soberanamente defenderam, à maneira de Schmidt, o estado de exceção, ou seja, não cumpriram aquilo que a norma previa. Quais as conseqüências desse decisionismo? Porque Schmidt foi considerado o formulador da teoria jurídica baseada no decisionismo e o decisionismo é o estado de exceção, esse decisionismo é desconsiderador da normatividade. O velho da efetividade da distribuição assimétrica do poder entre os Estados no plano internacional torna sempre problemática a relação entre as normas e a sua aplicação, as normas criadas pelo novo desse pacto de sociedade, que regula juridicamente o uso da força. Eu fui durante muitos anos professor de Direito Internacional e a relação entre a norma e a realidade no campo do Direito Internacional é, por definição, sempre problemática. É por isso que a maior parte dos internacionalistas tendem, de Grocio a Kelsen, a serem, como eu também, professores de Filosofia do Direito porque se preocupam com essa temática mais



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

abrangente, que no caso do Direito Internacional é imposta pela própria realidade com a qual se trabalha. O novo dessas normas de um Direito Internacional, do qual a Carta das Nações Unidas é uma expressão, tem uma função, no entanto, no âmbito mundial. Essa função, como define Kelsen, é a de promover a paz. Na *Teoria pura do Direito*, Kelsen fala na idéia de que a segurança coletiva é um dos objetivos da norma jurídica, inclusive no plano internacional, porque ela tem como objetivo, enfim, buscar a paz. Agora, uma das maneiras pelas quais as normas do Direito Internacional promovem a paz é exercendo duas funções muito importantes: a de indicar e informar aos Estados tanto sobre o padrão aceitável de comportamento quanto sobre a provável conduta dos atores na vida internacional. Eu informo e crio por esta informação, também, uma idéia de previsibilidade. A previsibilidade gera uma função estabilizadora, e a idéia do padrão de conduta também, mais ou menos, informa aos Estados e à comunidade internacional sobre o que é aceitável e sobre aquilo que não é aceitável. É claro que esses padrões não são, assim, de uma clareza meridiana, mas eles estabelecem um *standard* de conduta, um padrão.

O precedente desse decisionismo do estado de representação, ilustrado pela guerra do Iraque, põe em questão essa função estabilizadora do Direito Internacional e gera a insegurança coletiva, pois configura no plano da legitimidade uma alteração significativa, geradora de incertezas do espaço de valores que normalmente condicionam as ações de política externa. Pois bem, a insegurança derivada da erosão dessa função estabilizadora gera a multiplicação das tensões. As tensões são diferentes das controvérsias. Uma controvérsia é específica, ela tem um objeto específico, ela permite um encaminhamento pelos mecanismos jurídicos e pelos mecanismos diplomáticos. Por exemplo, essa série de contenciosos que o Brasil tem no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio) são controvérsias, elas são específicas, elas envolvem a discussão sobre se tem subsídio ou não tem subsídio, se o *dumping* é aceitável ou não é aceitável, mas elas têm um objeto específico. As tensões, ao contrário, são difusas. Existem tensões no sistema político. O sistema político brasileiro hoje, além das controvérsias que o permeiam, é um sistema que está tenso e esta tensão é difusa. Há momentos, enfim, sei lá eu, na vida de uma empresa, onde há uma tensão no plano dos controladores. Há momentos na vida de uma universidade em que existem tensões entre os alunos e os



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

professores, ou entre os professores, coisa que seguramente não acontece aqui na Universidade São Marcos, mas que pode acontecer em outras universidades, em outros lugares. Um casal pode viver um momento de tensão, porque aí não é a coisa A, a coisa B ou a coisa C, é um estado de espírito. As tensões são difusas, o seu objeto é menos definido. E as tensões no plano internacional exacerbam conflitos de concepção sobre a organização da vida em sociedade e por isso elas são menos redutíveis à razoabilidade de uma lógica diplomática e por isso dificultam o papel da mediação do terceiro em favor da paz. Charles de Visscher, que é um grande internacionalista, na sua análise da morfologia das tensões, faz referência a tensões de hegemonia e a tensões de equilíbrio. No cenário internacional contemporâneo, a tensão de hegemonia resulta do unilateralismo com o qual o governo Bush vem utilizando a preponderância do poder dos Estados Unidos em todos os campos da vida mundial. As tensões de equilíbrio são afetadas pelas tensões de hegemonia, mas a incidência da tensão de hegemonia é basicamente regional, varia de grau à luz das especificidades políticas e das rivalidades de cada região. Nesse sentido, por exemplo, o mundo europeu tem uma série de tensões. Elas se expressam, por exemplo, na recusa no plebiscito França-Holanda à Constituição Européia; há uma tensão que levou a essa decisão. Qual é o papel da União Européia, quanto se delega de poder, há déficit democrático ou não há déficit democrático, até onde vai a Europa, incorpora-se a Turquia à União Européia ou não? São as tensões que existem na região européia e afetadas, evidentemente, pela tensão de hegemonia, por exemplo, o entendimento maior ou menor com os europeus têm em relação ao Oriente Médio contrastado com a visão norte-americana da região. Isso é distinto das tensões que ocorrem na Ásia. Por exemplo, na Ásia há claramente uma tensão entre a Índia e o Paquistão, que é o que levou esses dois países à nuclearização militar. A China se opôs com clareza à idéia de um assento permanente para o Japão no Conselho de Segurança, o que exprime uma tensão. A Coréia do Norte, que possui arma nuclear, gera uma tensão na região, em especial em relação ao Japão. São tensões próprias que não se confundem com as existentes na Ásia e da mesma maneira são distintas as tensões de equilíbrio no mundo latino-americano. Existem tensões no sistema internacional que são um novo desdobramento dos conflitos não resolvidos da Guerra Fria e da descolonização. É o caso da divisão da Coréia, de Taiwan, da Cachemira, do confronto israelo-palestino. Existem tensões que provêm da



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

dinâmica do processo de globalização, que com seus fluxos e redes internaliza, de distintas e assimétricas maneiras, o mundo na vida das pessoas. Movimento antiglobalização, por exemplo, do qual o fórum de Porto Alegre é uma expressão, representa uma tensão pós-Guerra Fria.

As tensões de hegemonia e de equilíbrio minam, no plano dos fatos, a construção de uma “paz de satisfação” e estão estancando o processo de democratização internacional. No período do equilíbrio do terror das armas nucleares, que é o período da Guerra Fria, havia uma fórmula de Aron muito elucidadora de como funcionava o sistema internacional, que era: paz impossível, guerra improvável. Essa fórmula e aquilo a que ela correspondia explica que houve um relativo estancamento do risco em escala nuclear no plano internacional. Mas hoje o término da Guerra Fria não permitiu, em função da multiplicação das tensões, uma paz acordada ou consensual entre os atores da vida internacional e ela está trazendo o risco de uma paz imposta pela potência hegemônica. Mas essa paz tem a sua efetividade contida pela nova heterogeneidade do sistema internacional, que por sua vez afeta o funcionamento da democracia no plano interno. No livro de Aron *Paz e guerra entre as nações*, há uma distinção importante entre um sistema internacional homogêneo e um sistema internacional heterogêneo. Aponta que o sistema homogêneo é aquele no qual os Estados que o integram obedecem a uma mesma concepção de política, em contraste com os heterogêneos, nos quais os Estados que deles participam têm no plano interno princípios e valores de organização da vida coletiva contrapostos. Aron faz essa distinção para esclarecer que a conduta externa dos Estados não é apenas comandada pelas relações de força. As idéias e sentimentos influem nas decisões dos atores internacionais, nisso incluído, sublinho, as afinidades ou discrepâncias provenientes das maneiras de conceber a vida em sociedade. Num outro livro, Aron discute a relação entre a sociedade industrial e a guerra. Ao examinar as condições de uma humanidade pacífica, elenca entre elas a idéia de Estados dispostos a se aceitar mutuamente no âmbito da comunidade internacional. Essa aceitação pressupõe o reconhecimento do outro, que não é compatível com o solipsismo da soberania, o solipsismo voluntarista da soberania voltado apenas para dentro na hora da afirmação do seu valor e da sua decisão. Esse reconhecimento do outro é congruente com os princípios da democracia no plano interno: a tolerância,



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

o princípio da legalidade, o critério da publicidade do poder, os direitos das minorias, o princípio da maioria. É por isso que nesse universo conceitual Bobbio, com inspiração kantiana, discute a relação entre democracia interna e paz externa, ponderando a importância de uma progressiva ampliação dos Estados democráticos para a efetiva paz internacional. Quem aceita o outro no plano interno deve ser capaz de aceitar o outro no plano internacional; quem acredita no valor da tolerância, no reconhecimento dos direitos humanos, nas afirmações que levam em conta o pluralismo da condição humana deve, em princípio, ter uma visão do mundo que lide de maneira mais congruente com a pluralidade e a diversidade, que também caracterizam o mundo.

A queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética geraram, no início da década de 90, expectativas positivas sobre a possibilidade da construção de uma ordem mundial mais pacífica e cooperativa no âmbito de um sistema internacional de natureza mais homogênea. No imediato pós-Guerra Fria foram, entre outros, sinais apontando nessa direção uma maior convergência dos critérios de legitimidade e uma diluição dos conflitos de concepção que promoveram, naquele momento, a construção de consensos gerais. Um grande exemplo (está aí o dr. Paulo Nogueira, que tem a memória disso muito clara), a Conferência do Rio de Janeiro de 1992, sobre meio ambiente e desenvolvimento, que foi a primeira conferência que se realizou sem as polaridades Leste-Oeste e Norte-Sul, mas que procurou construir uma série de entendimentos baseados numa razão abrangente da humanidade, como diria Kant. Outra conferência importante e explicitadora de consensos foi a Conferência de Viena, de 1993, sobre direitos humanos, que afirmou a universalidade, a indivisibilidade e o inter-relacionamento de todos os direitos humanos e da democracia como um regime que contribui para a observância dos direitos humanos e, portanto, para melhorar as condições da paz. Eu diria que o documento de Viena exprime, em linguagem diplomática muito clara, os nexos entre democracia, direitos humanos e paz, que Bobbio articulou na *Era dos direitos* e que aponte logo no início da minha exposição.

O cenário atual é muito distinto e, para dizer a verdade, quase nada tem a ver com os sinais de progresso que eu mencionei. Isso constitui, como diria Bobbio, um capítulo dos obstáculos não previstos e



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

que contribuem para dificultar a afirmação tanto da democracia no plano interno, quanto para a democratização do sistema internacional, quanto para a construção da paz. O que nós podemos identificar como aspectos que foram minando esse horizonte de expectativas positivas? As crises financeiras, que na década de 90 afetaram a economia dos países emergentes; o vigor dos protecionismos comerciais. Nós estamos assistindo hoje, pela leitura dos jornais, uma sobretaxa às exportações do suco de laranja (do Brasil) para os Estados Unidos, que é uma expressão desses temas do protecionismo comercial. O movimento antiglobalização, de que falei antes, coloca no plano dos valores uma identidade de resistência à ordem mundial e ao papel dos mercados. Os particularismos instigam a lógica de fragmentação e a xenofobia. Os movimentos migratórios são hoje um grande desafio. O número de refugiados no mundo é muito expressivo. As pessoas não estão, para citar uma frase que eu adaptei de Hannah Arendt, nem à vontade nem em casa no mundo. E há também a violência do poder de negação, que anima igualmente o solipsismo da razão terrorista, cuja expressão mais contundente foi o ataque de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos, a que se seguiram outros como o de Madri, em março de 2004, Londres, em julho de 2005, além dos que ocorreram em Dar El-Salam, em Nairobi, Tel-Aviv, Bali, Istambul, Riad, Casablanca, Bagdá, Bombaim e Beslan, para dizer que esse fenômeno é hoje um fenômeno de escala planetária. Se a tensão de hegemonia proveniente do unilateralismo dos Estados Unidos, que vem comprometendo, como mencionei, a função estabilizadora do Direito Internacional, se agregar à lamentável intensificação dos fundamentalismos e também dos conflitos étnicos, de que são exemplos o que se passou ou se passa em Ruanda, nos Balcãs, no Sudão ou na Argélia, parece claro que uma ordem cosmopolita – que era um pouco a expectativa de todos nós e inclusive a do Bobbio –, com inspiração kantiana, está nebulosamente distante do nosso olhar. Na ausência de uma vontade comum de estabilidade dos protagonistas da vida mundial, de que as multiplicações de tensões que mencionei são uma expressão, há uma dialética de complementaridade entre persuasão e subversão. E ela decorre, como aponta Aron, das características da heterogeneidade do sistema internacional e ele aponta que a subversão consiste no suscitar e atizar o descontentamento dos povos. Pondera igualmente que não é possível imaginar uma diplomacia não violenta, enquanto não for eliminada a violência da política no plano interno dos Estados. A violência se



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

distingue da força pela desproporção entre meios e fins e porque não tem medida. É isso que vem caracterizando no plano internacional, numa dialética nefasta de mútua complementaridade, o solipsismo da soberania e o solipsismo da razão terrorista, que são ingredientes básicos da atual heterogeneidade do sistema internacional. Daí um novo obstáculo para o funcionamento da democracia no plano interno e uma das razões pelas quais uma das promessas não mantidas da democracia é a contenção e não a expansão da transparência do poder.

Bobbio é um grande estudioso da relação entre o tema da democracia e o tema da transparência do poder. Para Bobbio (e estou de acordo com ele) é da natureza da democracia a transparência do poder, o exercício em público do poder comum. Essa é uma exigência não apenas para o controle e avaliação política por parte da cidadania da atuação dos governantes, mas é também, na esteira de Kant, um requisito da moral, pois a publicidade é um teste da moralidade. Forte e difícil o teste imposto por Kant para o critério da moralidade. O argumento básico de Kant (todos aqui podem refletir sobre como esse teste é difícil) é de que aquilo que diz respeito ao direito dos outros, que eu não posso publicamente defender, não passa pelo teste da moralidade. As CPIs são disso, no plano interno, uma indicação importante. Agora, conter a opacidade do poder é um dos desafios da democracia e Bobbio cita um livro fundamental, que é o livro de (Elias) Canetti, *Massa e poder*, em que o autor diz que o segredo está no núcleo mais interno do poder. Daí o tema da mentira dos governantes e dos segredos guardados nas arcas do Estado. Um dos temas complicados da guerra do Iraque foi a verificação, a posteriori, de que não existiam armas de destruição em massa no Iraque. O regime do Saddam Hussein era um regime despótico, discricionário, tirânico, provocou uma guerra com o Irã, invadiu o Kuwait, era um regime que tinha todas as possíveis evidências de um regime que não atendia ao critério do bom governo no plano interno e no plano internacional, mas ele não tinha armas de destruição em massa – que foram desaparecendo precisamente pela ação das Nações Unidas no correr da década de 90. Então há aí também uma mentira que não deu para guardar nas arcas do Estado, porque ela acabou sendo revelada. Ora, há um dado muito importante que Bobbio igualmente lembra: os *arcana imperii*, os segredos guardados nas arcas do Estado, correspondem, quase que



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

automaticamente, aos *arcana seditiones*, aos segredos da sedição. Evidentemente, o terrorismo também opera na nebulosidade, no segredo e não na transparência do poder, ninguém, enfim, adverte o que vai conduzir a uma atividade terrorista. Pois bem, o solipsismo da soberania e o solipsismo do poder de negação da razão terrorista, no âmbito da atual heterogeneidade do sistema internacional, impedem esse mútuo reconhecimento e essa vontade comum de dominação. Uma das conseqüências, no plano interno, dessa dinâmica é também o tema do cripto-governo, que atua na sombra dos serviços secretos. Outra é a multiplicação técnica das possibilidades dos governantes controlarem os governados, armazenando informações sobre a vida das pessoas, é o risco do poder onividente que fiscaliza e controla. Uma das conseqüências da luta contra o terrorismo, de alcance transnacional em Estados democráticos, é a ampliação do papel do poder onividente e do cripto-governo dos serviços de informação, fundamentado numa espécie de estado de exceção que suspende, de maneira permanente, a ordem jurídica. O *Patriot Act* nos Estados Unidos, em 2001, é um exemplo desse estado de exceção que procura, enfim, suspender a ordem jurídica sob o argumento da necessidade e de que a necessidade é uma lei em si mesma. É claro que isso compromete a democracia no plano interno, não preciso lembrar dois exemplos dessa relação que afetam brasileiros e que afetaram brasileiros, que derivam tanto dos *arcana dominationes* quanto dos *arcana seditiones*. O nosso compatriota que morreu em Londres foi vítima, evidentemente, dos excessos de um estado de exceção promovido com o objetivo de evitar a ação terrorista. O engenheiro que foi vítima do desaparecimento no Iraque, que até hoje não se sabe nem o seu destino nem o seu paradeiro, é um exemplo de quais são as conseqüências dos *arcana seditiones*.

Para ir encerrando esta exposição, Bobbio diz, e estou de acordo com ele, que o único salto qualitativo na História, possível mas não necessário, é o da passagem do reino da violência para o da não violência. É por isso que ele opta pela democracia como um sistema cujo princípio é “contar cabeças” e não “cortar cabeças”. E é por isso que opta pela paz diante do beco sem saída a que pode levar a guerra. Mas a guerra, para ir concluindo com Aron, é um camaleão, assume sempre novas formas de acordo com os objetivos propostos e em função da pluralidade das armas. Os desdobramentos das promessas não



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

cumpridas da democracia – que procurei discutir numa nota mais pessimista do que otimista – favorecem a violência e a guerra. Ensejam, assim, tanto o mal ativo quanto o mal passivo, que é também uma reflexão que faz Bobbio: o mal ativo da prepotência do poder, inerente tanto à unipolaridade dos *arcana dominationes*, dos segredos da dominação, quanto dos *arcana seditiones* do terrorismo, dos segredos da sedição e que, por via de conseqüência, levam à irradiação do mal passivo, sofrido *ex parti populi* por aqueles que acabam padecendo uma pena sem fim.

Concluo com uma citação de (Aléxis de) Tocqueville, grande pensador da democracia e da igualdade, que dizia que “é preciso ter do futuro essa preocupação salutar que faz velar e combater”; é preciso velar e combater para evitar que a irradiação do mal ativo e do mal passivo gerem ainda mais a descartabilidade do ser humano e um Cosmos onde as pessoas não se sintam nem à vontade nem em casa. Daí a idéia dessa visão de um pacifismo ativo, da construção de uma consciência ativa em prol da paz, que é a mensagem conclusiva da minha exposição. Obrigado.

JOSÉ AUGUSTO GUILHON DE ALBUQUERQUE – Meu papel aqui é o de transmitir, da maneira mais ordenada possível, as perguntas ao prof. Celso Lafer. Mas antes eu gostaria de dizer alguma coisa a respeito da importância e do privilégio que é ter hoje o prof. Celso Lafer entre nós. Sem dúvida, o prof. Celso Lafer é o internacionalista mais importante do Brasil neste século, porque ele junta à sua formação filosófica, em Filosofia do Direito, uma atividade acadêmica extremamente proveitosa e profícua em relações internacionais, a uma experiência direta da diplomacia. Existem poucos exemplos na história da diplomacia de relações internacionais de pessoas que ao mesmo tempo tiveram uma reflexão teórica profunda sobre relações internacionais e participaram diretamente da operação das relações internacionais. No Brasil nós temos vários diplomatas que são bons acadêmicos e bons intelectuais, temos um pensador importante que foi diplomata e marcou a nossa diplomacia, que é o Barão (do Rio Branco), mas não temos figuras que juntam esses dois aspectos com tanta acuidade quanto o prof. Celso Lafer, que aqui, ao tratar da democracia e da paz, nos trouxe dois autores que são extremamente importantes: Aron, de um lado, e Bobbio, do outro. É um certo esforço aproximar esses dois pensadores, que poderão ser considerados



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

como opostos, justamente mostrando duas questões: os obstáculos para a paz, que aparecem das promessas não cumpridas das estruturas e, de outro lado, o produto das heterogeneidades. Eu acho que essas questões estão muitas presentes em tudo o que nós podemos esperar hoje das relações internacionais.

Eu tenho aqui três conjuntos de questões, não vou ler cada uma delas, vou tentar resumir. Há um conjunto preocupado com a questão da democracia, mas em termos bastante concretos. É a idéia de como é possível se impor a democracia em algum lugar. É possível trazer a democracia quando ela não está arraigada na cultura? É possível trazer uma democracia para lugares onde existe muita desigualdade ou muita miséria? Algumas perguntas foram suscitadas pela questão do Iraque. Esse esforço de tentar democratizar o Iraque, que é o argumento americano, não estaria fadado ao fracasso, seja porque faltariam condições internas para a democracia no Iraque, seja porque a própria forma de fazer isso leva ao seu fracasso? Esse é o primeiro conjunto de questões.

O outro conjunto de questões diz respeito à questão do unilateralismo e da ordem internacional. É a questão de saber se, dessa maneira com que os Estados Unidos assumem esse unilateralismo, isso não pode levar, de uma certa forma, à sua própria destruição, como no passado as grandes potências que foram grandes impérios e exerceram soberania de maneira unilateral acabaram se autodestruindo. E uma pergunta que não está diretamente ligada a isso, mas que tem a ver com essa busca desesperada que a diplomacia brasileira demonstrou por uma posição de poder no mundo, em busca de uma posição que lhe garanta o assento no Conselho de Segurança: se não seria contraproducente, por todos os problemas que suscitou entre os nossos vizinhos, particularmente entre o nosso aliado mais próximo, que é a Argentina?

E o outro conjunto de questões tem a ver ainda com essa questão da unilateralidade, mas de quais seriam as conseqüências que isso poderia trazer, entre outras coisas, para nós. Assim como os Estados Unidos vão com um projeto impossível para o Iraque, baseado na idéia de impor a democracia, será que não poderiam usar o pretenso abandono nosso da Amazônia como objeto também de interferência? São



Universo do
CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

muitas questões para que eu possa apresentar algumas, mas acho que essas três grandes linhas representam o que foi levantado aqui.

CELSO LAFER – Em primeiro lugar, muito obrigado pela generosidade do seu comentário. O prof. Guilhon é, também ele, um colega e amigo, grande estudioso e analista das relações internacionais. De maneira que o comentário que ele fez a respeito daquilo que eu tenho procurado pensar e agir tem o peso da autoridade de quem conhece o assunto. Se eu sou o que ele diz, tenho as minhas dúvidas, mas, sem dúvida nenhuma, na minha reflexão eu me beneficiei da minha experiência. A palavra “experiência” é uma palavra interessante, vem do latim *experiri*, ensaiar, testar, pôr à prova desde as coisas boas como, por exemplo, um bom vinho, até também a provação das dificuldades. Eu tentei justamente procurar combinar hoje, na minha análise, esse capítulo de reflexão e experiência. Dizia (Henry) Kissinger, num dos livros interessantes dele, que há uma defesa para a análise que faz o ator que tem algum papel no processo. No passado, dizia ele, o problema da história diplomática era que havia pouco documento e que o grande desafio do pesquisador era encontrar o grande documento revelador, enfim, das linhas e das diretrizes. Hoje em dia existe documento demais. Quem é que sabe qual é efetivamente o documento importante? O ator sabe, na sua prática, quais foram os assuntos que ele considerou realmente importantes.

Eu conto a vocês uma história que acho muito divertida. Quando o Magalhães Pinto assumiu o Ministério das Relações Exteriores, se deu conta de que os telegramas que são expedidos do Itamaraty são assinados como “exteriores”. O “exteriores” é de ministro das Relações Interiores. Ele dizia: “Não, eu não estou vendo todos os telegramas. Por que nós não fazemos uma coisa? Exteriores 1 sou eu, exteriores 2 são vocês que estão mandando todos esses telegramas”. Nenhum ministro hoje em dia consegue saber sequer o número de telegramas com instruções que saem. Um embaixador, quando chefia uma missão, como no caso da minha experiência em Genebra, tem uma certa dificuldade de controlar. Eu controlava, mas às vezes escapava alguma coisa que não correspondia exatamente à maneira pela qual eu queria que o assunto fosse tratado. Então isso tudo são dados que entram na minha avaliação desses fatos, como também entra, na condição de professor de Direito, o que diz o artigo 4º da Constituição, que estabelece



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

uma série de princípios que regem as relações internacionais do Brasil e que cabe ao ministro das Relações Exteriores, na sua tarefa de assessorar o presidente da República, ver como é que ele aplica esses princípios. Eu pensei sobre esses princípios e procurei explicar em mais de um trabalho como os apliquei.

Pois bem, começo então pelo primeiro conjunto de questões: não creio que é possível impor de fora a democracia. O Iraque é um exemplo de um país muito difícil, é um país com divisões complicadas, existem os xiitas, os sunitas, existe uma minoria que anteriormente controlava uma maioria, existem os curdos. Portanto, a equação democrática no Iraque é uma equação muito complicada. E experiências anteriores de regimes democráticos confessionais, como é o caso do Líbano, mostram que os equilíbrios são instáveis e um equilíbrio imposto de fora para dentro é, por definição, um equilíbrio instável. Isso não quer dizer que um país complicado, grande e com desigualdades não possa ser um regime democrático. Talvez o grande exemplo seja a Índia. A Índia é um país imenso, com uma população imensa, heterogêneo em matéria de religião, com uma herança complicada, que é a herança das castas, mas esse país logrou pôr em funcionamento uma democracia, que é uma democracia bem-sucedida de um país que está se desenvolvendo e está desempenhando um papel importante no plano internacional. Portanto, o argumento da Índia é o argumento a favor da viabilidade e da possibilidade da democracia, mas construída a partir de lideranças e de desafios internos. E é claro que é sempre útil ter um ambiente internacional favorável, mas não vejo a possibilidade da imposição.

A segunda ordem de questões diz respeito a em que medida o unilateralismo imposto à ordem internacional significa ou não o risco de uma autodestruição. Diria, já também pensando nas outras questões que me foram colocadas, que na condução da política externa é preciso evitar dois riscos. O primeiro risco é o de se subestimar ou de não ter o sentimento das suas próprias forças, porque isso leva ao conformismo, leva à inação, leva à passividade. O risco oposto é de se superestimar, de se achar que o peso de um país para os outros é maior do que aquele que efetivamente tem. O desafio do juízo diplomático é o de precisamente encontrar um equilíbrio apropriado. Os gregos e Aristóteles diziam que a virtude é sempre um equilíbrio. Para conduzir a política externa é preciso ter coragem, mas a coragem também



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

significa evitar esses dois excessos: o medo que leva à impotência e a insensatez que leva à inseqüência. O mundo é inóspito para aqueles que fazem esses erros de avaliação e não julgam apropriadamente aquilo que eles podem obter no plano internacional, hierarquizando as suas prioridades. Minha avaliação é de que os Estados Unidos estão superestimando o seu poder no plano internacional. Ainda que eles tenham uma indiscutível prevalência no campo estratégico militar (armas), no campo econômico (mercado) e também no campo dos valores, eu acho que esse é um caso de excesso e é possível que este excesso gere uma série de problemas. Eu acho que está havendo a verificação dos excessos, no plano interno da sociedade norte-americana. E como os Estados Unidos são uma sociedade ampla, democrática, com organizações não governamentais, é minha expectativa que haverá uma autocorreção desses excessos no plano interno dos Estados Unidos. Agora, é claro que se não houver essa auto-regulação o excesso da superestimação leva a problemas crescentes. Há uma definição clássica do Direito romano: aqueles a quem os deuses querem perder, primeiro ensandecem. Nesta definição, ensandecimento é a falta de um bom juízo.

Pego a última questão, que é o problema da Amazônia. Uma das preocupações que eu tinha (e que foi uma das últimas coisas que fiz no Ministério das Relações Exteriores) foi a institucionalização do Tratado da Cooperação Amazônica. O Tratado da Cooperação Amazônica foi criado no final dos anos 70, era um tratado que antevia com muita importância, entre os seus objetivos, o tema do meio ambiente e o equilíbrio da sustentabilidade da Amazônia. Ele era um mecanismo de cooperação muito fraco. Havia uma secretaria que mudava de país para país. Eu procurei e logrei um acordo de que esse tratado institucionalizasse uma secretaria com sede no Brasil. Por que eu tinha esse empenho? Porque o tema amazônico, do ponto de vista de sustentabilidade e de meio ambiente, não é apenas um problema do Brasil, é um problema dos países que integram a Bacia Amazônica e a minha visão era de que esse tratado, pela importância do assunto, poderia gerar uma mobilização regional conjunta dos países que integram a Bacia Amazônica, voltada para uma série de atividades, inclusive de financiamento para o tema da sustentabilidade ambiental. Há hoje, evidentemente, mecanismos de verificação, de controle, seja daquilo que é o tráfego, seja daquilo



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

que são as conseqüências de uma atividade ambiental desregulada e não-sustentável. Esse tema é um tema nosso, é também um tema dos nossos vizinhos e, para que esse bem público não seja visto como um bem público a ser tratado pelos outros, cabia a nós dele tratar. Uma das frustrações que eu tenho (das muitas em relação à condução da política externa) é de que não se deu a menor atenção ao potencial do Tratado de Cooperação Amazônica como uma forma de lidar, de uma maneira conseqüente, com essa região e com o desafio da sua sustentabilidade. Falo isso aqui na frente do dr. Paulo Nogueira, que é dos que primeiro no Brasil se preocupou com o tema ambiental e com o tema da sustentabilidade, que é a meu ver uma das prioridades que caracterizaram a condução diplomática no governo Fernando Henrique Cardoso. Lembro o tema do Protocolo de Kyoto, lembro a tese que levamos para a Conferência de Johannesburg, que era a Rio+10, voltada ao uso de energia limpa e renovável, com o objetivo de estabelecer metas de substituição de energia fóssil por mecanismos de energia limpa. Encontramos um ambiente internacional muito mais difícil do que o que existia em 1992. Mas essa sensibilidade em relação ao tema ambiental e ao tema amazônico foi uma das que caracterizaram a lista de prioridades da política externa do governo Fernando Henrique Cardoso.

Eu não quero abundar demais no tema da condução da política externa pelo governo Lula. Eu sou crítico e tenho sido crítico desde o primeiro momento. Acho que o governo superestimou o seu papel no mundo, procurou dar uma satisfação ideológica interna, indo de encontro às expectativas de mudança que havia entre aqueles que sustentaram, em 2002 e antes, a candidatura presidencial de Lula e com isso estabeleceram umas tantas prioridades. Por exemplo, a de mudar a geografia econômica e comercial do mundo, a de apregoar uma ostensiva liderança do país na região, a de buscar um assento permanente no Conselho de Segurança (da ONU), fazendo disso uma das grandes prioridades diplomáticas. Eu creio que nós estamos assistindo a uma série de insucessos. Fomos derrotados na eleição para a OMC com um excelente candidato; fomos derrotados na eleição da presidência do BID, que era uma quase que natural posição que o Brasil deveria ocupar; o Mercosul patina, o projeto sul-americano patina, as tensões na região são grandes, o nosso isolamento do mundo vizinho é crescente. Tem sido uma orientação da política



Universo do CONHECIMENTO

Planeta Terra: um olhar transdisciplinar

externa, não apenas do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que fez a grande conferência de cúpula dos países da América do Sul, mas já do Visconde do Uruguai, quando conduziu pela segunda vez o ministério, então, dos Negócios Estrangeiros, no Império, em 1850, procurou trabalhar dois eixos naturais da política externa brasileira: a região da Prata e as repúblicas do Pacífico. É natural que um país como o nosso, com dez vizinhos, de escala continental, cultive a sua vizinhança e procure transformar as fronteiras em meios de cooperação. Eu creio que o manejo das relações sul-americanas não é o manejo ideal e que há, enfim, erros de execução e de concepção. Mas não quero entrar demais nisso porque pode parecer, como diz com uma certa freqüência o presidente Lula, ou dizia, que isso pode parecer a história do ex-marido ou da ex-mulher, que não quer ver a felicidade reinante no novo casamento e na nova administração.

JOSÉ AUGUSTO GUILHON – Temos ainda aqui muitas questões, mas seria praticamente impossível esgotarmos o assunto e exigirmos mais ainda do prof. Celso Lafer, já que já vamos para mais de duas horas de conferência e de debates. Vamos fazer o seguinte: primeiro passaremos uma cópia, sobretudo daquelas questões que são diretamente dirigidas quase que pessoalmente ao prof. Celso Lafer, e os professores do curso de Relações Internacionais vão responder a essas perguntas e vamos colocar no site as respostas. E evidentemente o prof. Celso Lafer está também convidado, se tiver a oportunidade para fazê-lo. Muito obrigado.